

**ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2024 DO
GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO
DO CAMPO, INDÍGENA E
QUILOMBOLA, DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ,
REALIZADA NO DIA 26/03/2024.**

1 No dia vinte seis de março de dois mil e vinte quatro, das 15 horas às 18 horas,
2 foi realizada, por videoconferência, a **1ª reunião do Grupo de Trabalho Edu-**
3 **cação do Campo, Indígena e Quilombola** do Ministério Público do Estado do
4 Pará, criado pela Portaria 7402/2023 PGJ MPPA, com a presença da PJ Agrá-
5 ria de Castanhal e Coordenadora do Núcleo Agrário e Fundiário (NAF), IONE
6 MISSAE DA SILVA NAKAMURA, e dos seguintes membros do GT: CARLOS
7 EUGÊNIO RODRIGUES SALGADO DOS SANTOS (Coordenador do CAODS),
8 LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO (PJ de Direitos Constitucionais Funda-
9 mentais e Direitos Humanos da capital), LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA
10 (Coordenadora do NIERAC), MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA
11 ARAÚJO (PJ da 4ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Funda-
12 mentais e dos Direitos Humanos), RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO (PJ de
13 Altamira), HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO (PJ Agrária de Santa-
14 rém), ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN (PJ Agrária de Marabá), LEONAR-
15 DO JORGE LIMA CALDAS (PJ de Santana do Araguaia). **Justificada ausên-**
16 **cia** a Promotora de Justiça ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO (Coordenadora
17 do CAODH). Nesse sentido, Dra. Ione Nakamura iniciou a reunião agradecen-
18 do a presença de todos e acolhendo as justificativas encaminhadas pelos
19 membros ausentes, encaminhadas por e-mail, destacando a presença do Pro-
20 curador de Justiça Dr WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, momento em
21 que ressaltou a contribuição do mesmo na pauta da educação do campo. Em
22 seguida, Dra Ione franqueou a palavra para saudações e apresentações iniciais
23 dos membros do Grupo de Trabalho, bem como apontou a importância da deci-
24 são do Procurador Geral de Justiça, Dr César Bechara Nader Mattar Junior, ao
25 deliberar pela criação do Grupo de Trabalho Educação do Campo, Educação
26 Indígena e Educação Quilombola para a atuação do Ministério Público do Esta-
27 do do Pará, em favor das comunidades tradicionais, em resposta às demandas
28 apresentadas pelo Fórum de Educação do Campo e pela Deputada Marinor
29 Brito. Seguindo com a apresentação dos outros membros e convidados, que
30 deram seus relatos das vivências diárias e dificuldades enfrentadas no contexto
31 da Educação do campo, em cada comunidade. Foi dada a palavra para o pro-
32 fessor Salomão Hage, como coordenador do Fórum Estadual de Educação do
33 Campo para fazer uma contextualização das razões que nos trouxeram para
34 esse momento de criação de um GT Educação do Campo, Educação indígena
35 e quilombola. Continuando, Marinor Brito ressaltou a necessidade de mobiliza-
36 ção, dos movimentos sociais para que a gente possa é avançar, na implemen-
37 tação de políticas que assegurem o direito à educação indígena, quilombola,
38 ressaltando o privilégio de se relacionar mais diretamente com esses movimen-
39 tos, sobretudo, com o movimento de educação do campo, através de uma co-
40 missão especial de Saúde, educação que reuniu milhares de trabalhadores, es-

4

41 tudantes, interlocutores do setor da educação para apontar caminhos para criar
42 as diretrizes da educação indígena quilombola que precisa se tornar urgente-
43 mente uma política pública e uma realidade para as diversas comunidades.
44 Dra. Ione mencionou o texto do Pacto pela Educação do Campo, Indígena e
45 Quilombola que se trata de um compromisso público a ser assumido pelos ges-
46 tores municipais dos 144 municípios do Estado do Pará e que um dos objetivos
47 da reunião era compartilhar com os demais o material do Pacto da Educação
48 do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, para que se possa ana-
49 lizar o texto, adequando a legislação específica e criar estratégias, consideran-
50 do a proximidade das eleições Municipais, com intuito de fortalecer as políticas
51 públicas locais de educação do campo. Por isso, é importante que a estratégia
52 do Pacto tenha o apoio dos movimentos sociais, bem como das secretarias,
53 dos conselhos e das demais instituições ligadas a temática. Destaca-se como
54 pauta desse GT a articulação com as secretarias Estaduais e Municipais para a
55 assinatura do Pacto da Educação do Campo, outrossim, a criação de uma co-
56 missão para analisar o texto, reproduzir uma legislação contendo estratégias
57 voltada para a temática. Prof. Salomão discorreu acerca da necessidade de re-
58 tificar o nome do Grupo de Trabalho para que possa contemplar explicitamente
59 não apenas a Educação do Campo, mas também a Educação escolar Indígena
60 e Educação escolar Quilombola, tendo em vista que são 3 modalidades que
61 envolvem os sujeitos do campo, das florestas e das águas, atendendo as espe-
62 cificidades de cada grupo. Graça Telles, destacou um evento que ocorrera no
63 IFPA campus Breves, de 8 a 10 do mês de maio, que trabalhará as questões
64 de educação indígena, educação quilombola e ribeirinha, discutindo com pro-
65 fessores de forma mais ampla a temática e se responsabilizou por encaminhar
66 o “link” para a participação dos presentes na reunião do GT Educação do Cam-
67 po, Indígena e Quilombola. Elida da Malungu destacou a necessidade de des-
68 trincar o pacto, para que sua deliberação chegue dentro das comunidades qui-
69 lombolas e indígenas, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para o esta-
70 belecimento de diálogo com a Secretaria de Educação do Estado, desse modo
71 destaca a importância de fazer parte desse processo de construção do plano
72 de trabalho. Eraldo – UFPA Cametá, indagou sobre a importância de egressos
73 ao serviço público capacitados para atender as demandas Educacionais; Pas-
74 coa Sarmiento, salientou os direitos referentes as políticas Públicas de extrema
75 relevância para o futuro das comunidades tradicionais, garantindo a participa-
76 ção dos mesmos na criação e elaboração dessas políticas. Ademais, Waldirene
77 ressaltou as desigualdades e problemáticas ocorridas no campo, a tecnologia
78 não alinhada à realidade das comunidades e a preocupação do poder público
79 com questões sem tanta relevância, onde a matriz curricular não contempla as
80 comunidades Quilombolas, dado que a educação vai além de aprender a es-
81 crever e sim, abranger a demarcação de suas áreas (Cametá). Juquinha da
82 FETAGRI, ressaltou o fechamento das escolas, apontando os desafios enfren-
83 tados para conquistar uma Educação de qualidade, se dispondo na luta por
84 melhores condições na educação do campo. Valeria Lopes – MST, ratificou as
85 dificuldades para solucionar a questão do não fechamento das escolas e das
86 escolas itinerantes, sugerindo a realização de um levantamento das escolas do
87 campo, para que as secretarias possam saber onde estão localizadas, pois
88 muitas vezes estas não são reconhecidas como escolas do campo. Dr. Salo-

7

89 mão Hage seguiu tratando da necessidade de mobilização de todas as comuni-
90 dades e atores envolvidos na temática. PJ Lilian NIERAC ressaltou que a PJ
91 Leane desenvolveu um trabalho semelhante ao do Pacto da Educação do
92 Campo, Indígena e Quilombola, para levar este pacto para os candidatos nos
93 municípios e que podemos usar a mesma estratégia para comprometer os ges-
94 tores com a temática. PJ Ione seguiu ratificando que esta estratégia é necessá-
95 ria para que os candidatos possam tomar conhecimento antecipadamente e in-
96 formou sobre o pacto da educação antirracista executada pelo NIERAC e que
97 levantar tais temáticas seria de grande relevância na articulação pelos pólos e
98 regionais. Na sequência, Naldo Blandtt, pediu o apoio dos participantes em es-
99 pecial ao MPPA, para que a escola local possa ser reconhecida e tenha base
100 pedagógica necessária para que os alunos, possam obter conhecimento sufici-
101 ente para uma educação de qualidade, ademais, abordou sobre a importância
102 das contratações de profissionais para cada área de conhecimento. Everaldo
103 Alves, salientou a importância da fiscalização e estabelecimento das diretrizes
104 Municipais. Marly Lucia, trouxe um adendo ao descaso de trabalho educacional
105 nas comunidades rurais, com matriz curricular fora da realidade dessas comu-
106 nidades, ressaltando a importância da regionalização, do ensino da cultura lo-
107 cal para o crescimento educacional das mesmas, da economia local onde o hu-
108 mano e o ambiente devem andar juntos. Antônio Xavier, ressaltou a necessida-
109 de dessas políticas atenderem os ribeirinhos. Waldirene, alertou sobre um do-
110 cumento referente a Educação do Campo ainda não homologado, pedindo a
111 atenção de todos, a fim de impugnar as questões que vão contra a educação
112 do campo. Pedindo também, para que a divisão dos Grupos que ajudaram no
113 aprimoramento do texto do Pacto pela Educação do Campo, Indígena e Qui-
114 lombola, seja feita por região. Joana Machado, avisou sobre a inscrição das es-
115 colas no PDDE água e no PDDE campo, com intuito de angariar recursos até o
116 dia 30 e dos recursos para a secretaria de educação de ensino fundamental.
117 Desse modo, Dra. Ione abriu espaço para a manifestação dos participantes,
118 objetivando o auxílio dos mesmos e criação de comitê para a organização das
119 demandas e diretrizes do Pacto pela Educação do Campo, Indígena e Quilom-
120 bola possa ser formulado com uma perspectiva mais ampla e participativa. Sali-
121 entando a marcação de uma próxima reunião assim que as alterações no Pac-
122 to estiverem prontas. Manifestaram interesse em contribuir com a reformulação
123 do texto do pacto: Valeria Lopes – MST; Jhon Cleber; Silvana Sarmento; Joana
124 Carmen Machado; Paulo – Santarém Novo; Vera Arapiun e Lucia Alfaia
125 (CEEIND/SEDUC), Hellen – UFPA; Maria Regina Machado; Maria Luiza (CE-
126 DENPA); Areli Vasconcelos do FORBEC; Putirum Quilombola de Mocajuba; El-
127 len Silva Yansà; UNECAMPO; ANELEDUC; Grazielle; Marly Lucia. Porém, foi
128 entabulado que o texto seria encaminhado aos presentes que preencheram a
129 lista de frequência com e-mail, para que possam opinar pelo prazo de 30 dias,
130 e após um comitê faria a sistematização do texto final, para aprovação coletiva.
131 Por derradeiro, sem mais a acrescentar, Dra. Ione agradeceu a todos pela pre-
132 sença, dando por encerrada a reunião às 18:00h.

133 **DELIBERAÇÕES: 1º)** Solicitar ao PGJ a inclusão de novos membros ao GT
134 Educação do Campo, como o Procurador de Justiça Waldir Macieira que
135 demonstrou interesse, bem como incluir expressamente na Portaria 7402/2023
136 que o Grupo de Trabalho tratará do Pacto da Educação do Campo, Indígena e



10
137 Quilombola. **2º)** Enviar a minuta de Pacto para os e-mails dos participantes,
138 bem como para as autoridades e instituições convidadas pelo ofício convite
139 24/2024/NAF/MPPA e membros do GT para encaminhar contribuições para
140 melhoria e sistematização do Pacto no Prazo de 30 dias, a serem enviados
141 para o e-mail do NAF. **3º)** Após o prazo, encaminhar os e-mails com as
142 contribuições para análise e sistematização do Fórum de Educação do Campo
143 (Prof. Salomão Hage), Joana Machado (SEDUC), Vera Arapiuns (SEDUC),
144 professora Ellen, Elida Monteiro (Malungu), Valéria (MST); **4º)** Como
145 sistematização do Pacto, agendar nova reunião; **5º)** NIERAC e NAF vão propor
146 juntamente com a coordenação dos CAODS e CAODH as reuniões por Polo ou
147 Regional.

148
149
150
151
152
153
154
155
156
157

IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA
Promotora de Justiça Agrária
Coordenadora do Núcleo Agrário e Fundiário NAF/MPPA